

Entre mobilizações conceituais analíticas e nativas: cartografia da noção de participação na Funai de Altamira

JOAQUIM PEREIRA DE ALMEIDA NETO

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6076-4190>
joaquim.almeidaneto@usp.br

A Funai de Altamira é o escritório regional da Fundação Nacional do Índio¹ localizado na cidade de Altamira, a 800 quilômetros de Belém, no estado do Pará, região Norte do Brasil. O escritório, que atua junto aos povos indígenas localizados na região do Médio Xingu (Arara, Juruna, Assurini, Araweté, Parakanã, Xikrin, Kayapó, Xipaya e Kuruaya), é composto pela Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, pela Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu, e por mais sete Coordenações Técnicas Locais subordinadas à Coordenação Regional. Esses órgãos são responsáveis pelo monitoramento e pela fiscalização das Terras Indígenas localizadas na região e pela implementação da política de proteção aos povos isolados e recém-contatados.² São 13 as Terras Indígenas fiscalizadas pela Funai de Altamira (Apyterewa, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté/Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca, Juruna do Km 17, Kararaô, Koatinemo, Kuruáya, Paquçamba, Trincheira Bacaja, Xipaya e Zo'É), abrangendo nove municípios do Estado do Pará.³

1 A Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, estava, por ocasião da pesquisa, vinculada ao Ministério da Justiça. Sua missão institucional, conforme consta em seu site (Funai, s/d), é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, sendo assim a coordenadora e principal executora da política indigenista do governo brasileiro.

2 O monitoramento e a fiscalização das T.I. é uma responsabilidade da Coordenação Regional Centro-Leste do Pará e de suas Coordenações Técnicas Regionais, já a política de proteção aos povos isolados ou recém-contatados fica a cargo da Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu.

3 Municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapu, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas e Uruará.

Todo esse aparato estava no início de 2015 instalado, há pelo menos seis meses, nas dependências de uma antiga galeria comercial situada na travessa Agrário Cavalcanti, no centro da cidade de Altamira. Havia um grande corredor que dava acesso às salas por grandes portas de vidro. Eram um pouco mais de uma dezena de salas divididas pela Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, pela Frente de Proteção Etnoambiental, pelas Coordenações Técnicas Regionais e também por instâncias administrativas. Nas salas, entre indigenistas e funcionários administrativos, trabalhavam aproximadamente 25 pessoas. Embora não houvesse uma grande quantidade de funcionários e embora muitos dos funcionários não estivessem sempre presentes em decorrência de viagens a campo e de participações em reuniões e eventos externos, o escritório estava quase sempre cheio.

Destacava-se não apenas a presença de muitos indígenas – que visitavam a Funai para participar de reuniões ou de conversas com os indigenistas, para esperar transporte de volta às Terras Indígenas ou apenas para usar o local como um ponto de encontro ou de descanso nos dias de visita à cidade –, mas também a presença de técnicos envolvidos com projetos e de antropólogos. No transitar de funcionários, consultores e indígenas, o escritório era, em muitos momentos, barulhento, havia frequentemente crianças correndo nos corredores e grupos de indígenas discutindo alguma questão em uma das salas do escritório. Em cada uma das salas, havia muitas mesas, sempre abarrotadas de papéis, cronogramas, relatórios, projetos, fotos e artesanatos indígenas. Nas paredes, viam-se mapas das terras indígenas, quadros com os cronogramas de trabalho de cada um dos funcionários, cartazes com temáticas indígenas, cocares e flechas, tudo ainda um pouco desorganizado em decorrência do curto tempo de instalação no novo endereço.

Papéis, fotos, cronogramas de trabalho, relatórios e prestações de conta presentes nas mesas, computadores e paredes do escritório refletem um dos principais meios de atuação da Funai de Altamira: a proposição, execução e/ou fiscalização de projetos. Uma parte significativa do trabalho realizado pela instituição junto aos nove povos indígenas atendidos dá-se exatamente por esse procedimento. Projetos são propostos, executados e fiscalizados pela instituição visando objetivos que vão desde a compra de uma pequena máquina de extração de óleo de babaçu para uma aldeia até a implementação de complexas estratégias de proteção territorial das Terras Indígenas. Os projetos também envolvem, comumente, discussões sobre educação escolar indígena, promoção de direitos sociais, geração de indicadores de estado nutricional, incentivo a festas e aos jovens, manejo de recursos florestais, reflexões sobre línguas indígenas, programas de patrimônio cultural, acompanhamento das mitigações relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, programas de atividades produtivas etc. A lista poderia facilmente ser continuada.

No início do ano de 2015, por exemplo, apenas a Frente de Proteção Etnoambiental Médio Xingu contava com 35 projetos a serem executados junto aos Araweté, Paracanã e Arara da Cachoeira Seca. A esses somavam-se os propostos pelas demais Coordenações Técnicas Locais instaladas em Altamira e os 27 grandes projetos ligados aos dez programas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental de mitigação da obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte que eram fiscalizados pelo escritório da Funai.

Cada um desses projetos, conforme disposto em planilhas presentes nas salas do escritório, apresenta um nome, um órgão responsável por sua execução, as atividades a serem realizadas, os materiais necessários, a data prevista de implementação e um orçamento. Outra característica compartilhada por essas peças técnicas é o fato de que preveem e demandam reuniões, conversas, capacitações, oficinas e

encontros com os indígenas, sempre buscando promover o que denominam de *empoderamento* dos povos indígenas e de *etnodesenvolvimento sustentável* e *participativo*. Essas noções retiradas dos textos de praticamente todos os projetos evidenciam como conjuntos conceituais específicos são intensamente utilizados e interarticulados na atuação do escritório.⁴ As mobilizações de conceitos são visíveis tanto nos textos que compõem os projetos – isto é, no projeto propriamente dito, nos relatórios e nos produtos oriundos de cada uma das atividades realizadas – quanto nas conversas e reuniões nas quais eles são propostos, desenhados e acompanhados. O interessante de se notar é que esses conceitos são todos eles oriundos do que pode ser chamado de “indústria do desenvolvimento” (Escobar, 1994).

A mobilização desse conjunto conceitual típico da indústria do desenvolvimento está de acordo com a preocupação constante do escritório da Funai de se trabalhar próximo aos indígenas e assim atender diretamente as suas próprias demandas. Durante a proposição, execução e fiscalização dos projetos, esses conceitos aparecem interconectados durante as muitas etapas que caracterizam esse processo de atuação junto aos povos atendidos. De uma forma simplificada, *sustentabilidade* e *etnodesenvolvimento* aparecem como estratégias eficientes para o trabalho com os povos indígenas; capacitação aparece como uma técnica interessante; e *empoderamento* como um objetivo a ser alcançado. Todo esse longo processo, deve-se ressaltar, feito de forma *participativa*. Visando alcançar a almejada proximidade e, consequentemente, realizar esse trabalho conjunto, a presença dos indígenas é constantemente demandada em conversas e reuniões na sede do escritório. Além do mais, é comum a realização de grandes reuniões nas aldeias, reuniões que pretendem contar não apenas com as lideranças, mas sim com toda a comunidade reunida. Essas conversas e reuniões têm como objetivo não só o levantamento de demandas indígenas, mas também uma tentativa de qualificação do trabalho da própria instituição enquanto *participativo* e *descentralizado*, noções que também estão presentes nas legislações concernentes à política indigenista contemporânea.

Participação, portanto, é intensamente evocada nos textos dos projetos, nas metas do escritório, nas reuniões e conversas entre os funcionários, sempre aparecendo associada a muitas outras noções. O conceito de *participação*, assim como os outros conceitos trabalhados pela indústria do desenvolvimento e que estão presentes no trabalho da Funai, possui uma história distintiva que pode ser investigada. Por meio de tal procedimento, é possível, por exemplo, averiguar as definições desses conceitos, suas origens, alguns de seus usos, bem como algumas de suas críticas e limites. Um exercício como este seria bem próximo das revisões bibliográficas que embasam as pesquisas da própria indústria do desenvolvimento e também algumas da antropologia do desenvolvimento. Entretanto tal exercício contrastaria com a maneira como o conceito é mobilizado no próprio campo, já que, no escritório da Funai, a noção de *participação*, assim como os demais conceitos acima mencionados, não carrega definição unívoca. O que fica evidente é a intensa referência ao termo em diferentes momentos e o constante recolocar as coisas umas em relação às outras, sempre associando *participação* a outros conceitos específicos. Esse movimento abre espaço para que as significações possam o tempo todo escapar e inovar-se.

Uma imagem interessante para se pensar essas mobilizações conceituais no escritório da Funai, principalmente a mobilização de *participação*, é a da “forma que comunica” proposta por Bateson

4 Um outro conjunto conceitual intensamente mobilizado na proposição, execução e/ou fiscalização de projetos é aquele formado por conceitos ligados à noção de indígena, como é o caso, por exemplo, de saberes tradicionais, comunidade, cultura, artesanato etc.

(1972) em sua “explicação cibernética”. De acordo com o autor, a forma que comunica, que advém das chamadas redundâncias, ou seja, de padrões oriundos de determinadas estruturas, é o que permite a transmissão de informação. Porém deve-se levar em consideração também que esses padrões que estão na base da estruturação permitem a transmissão de informação justamente por auxiliar o receptor a discernir o que é sinal, aquilo que é informação e/ou redundância, do que é ruído, aquilo que, não sendo nem informação nem redundância, é “a única fonte possível de novos padrões” (1972, p. 418). Sendo assim, embora o que esteja em jogo seja a transmissão de informação, nem informação nem forma são itens passíveis de localização. Não se trata, assim, do acesso paulatino a um sistema simbólico coerente, fixo e preexistente, afinal ruídos e novos padrões estão sempre presentes.

Tratando-se de itens que não podem ser localizados, bem como da possibilidade aberta para que os conceitos e significados possam constantemente ser inovados, o máximo que pode ser feito a propósito das mobilizações conceituais – principalmente da noção de *participação* – ocorridas no escritório da Funai seria, ainda nos termos de Bateson, uma espécie de cartografia das relações formais dentro de um universo que contenha redundância, ou seja, um mapeamento das vizinhanças conceituais que adquirem proeminência em um uso conceitual específico.⁵ Mesmo assim, deve-se ressaltar que essa cartografia, por ser necessariamente situada e por não contar necessariamente apenas com elementos comunicativos, será sempre incompleta, no sentido de nunca poder estar terminada ou fixada.⁶ É exatamente uma cartografia como tal que se pretende apresentar neste artigo.

Ainda que a proposta surgida a partir da experiência de campo tenha sido a de cartografar mobilizações conceituais no escritório da Funai de Altamira, não se pode desconsiderar o fato de que o conceito de participação é também um dos mais difundidos nas práticas e projetos de desenvolvimento, sendo intensamente mobilizado nos textos do Banco Mundial, da União Europeia, de agências de cooperação internacional, e também trabalhado por autores críticos da antropologia do desenvolvimento. A proeminência de tal conceito levanta, portanto, o desafio duplo de se apresentar a cartografia das mobilizações do conceito de participação tanto na literatura quanto no escritório da Funai de Altamira. Tal desafio inspira um exercício descritivo que procura direcionar a atenção para o próprio uso do conceito de participação, tratando-o, independentemente do local em que apareça – seja em um projeto da Funai de Altamira, na fala de algum consultor ou em textos acadêmicos – como uma forma que comunica.

5 Para Bateson (1972, 412), a “previsibilidade de determinados acontecimentos dentro de um conjunto alargado de acontecimentos é, tecnicamente designada, ‘redundância’”. Justamente por isso, é preciso ter em mente que em sua teoria, “o acto de comunicação implica sempre a existência de um conjunto de possibilidades potenciais mais vasto” (Centeno, 2009, p. 52). Pensando as mobilizações conceituais dentro do escritório da Funai de Altamira como acontecimentos, o acionamento de participação é apenas uma das possibilidades disponíveis entre os muitos outros conceitos oriundos da indústria do desenvolvimento. Há uma certa previsibilidade ligada a seu acionamento, dada ao formato de atuação adotado pela instituição, mas não há nenhuma possibilidade de fixação absoluta de um significado para o conceito ou de um tipo específico de acionamento.

6 A “explicação cibernética” de Bateson faz parte de uma teoria da comunicação mais ampla, estruturada pelo autor em meados do século XX e caracterizada por uma ligação explícita, e até então inédita, entre antropologia, biologia e teoria do significado. A teoria teve inúmeros desdobramentos em uma série de disciplinas, como na própria antropologia, mas também na biologia e na psicologia. No caso da antropologia, acredito que a maior contribuição de Bateson tenha sido lançar as bases para uma “antropologia anti-dualista” (Barbosa, 2011), menos focada nos pares de oposição até então centrais para a disciplina e mais atenta às amalgamas inevitáveis, como aquele entre natureza e cultura, algo diretamente expresso pelo autor na ideia de ecologia da mente (Bateson, 1980). Na antropologia contemporânea, Bateson continua sendo uma referência importante, principalmente para o que se convencionou chamar de antropologia multiespécie, afinal, Bateson estendia o problema da comunicação, assim como suas teorizações, para além do humano (Süssekind, 2018). No caso deste artigo, Bateson aparece como uma referência central por nos ajudar a ver a vida ativa de conceitos, ideias e teorizações dentro do trabalho burocrático de um escritório da Funai.

Como efeito desse procedimento, as mobilizações de *participação* que estão presentes nas falas nativas e aquelas que abundam nos textos da bibliografia são colocadas em paralelo. Tal escolha é motivada por uma preocupação dupla: (1) não causar a impressão de que conceitos típicos da indústria do desenvolvimento são primeiramente definidos e fixados por grandes organizações transnacionais e *thinks tanks* e posteriormente usados ou aplicados por instituições de menor escala, como um escritório regional da Funai localizado na Amazônia brasileira, e (2) não deixar de mencionar fragmentos de caminhos específicos tomados por esses conceitos dentro dos aparatos da indústria do desenvolvimento e alguns de seus impactos. De forma sintética, o exercício de paralelismo procura evitar, por um lado, a reificação da relação entre global e local e, por outro, a estabilização do conceito de participação dentro de uma história institucional do desenvolvimento. Realizar os dois exercícios descritivos, portanto, tem por objetivo operar um contraste entre as distintas formas a partir das quais o conceito de *participação* é mobilizado, adquirindo diferentes proeminências e, assim, operando distintos efeitos no mundo.

O paradigma *participativo* no desenvolvimento

Há sempre um risco nas revisões bibliográficas típicas da antropologia do desenvolvimento: o de se reproduzir falas e discursos institucionais apresentados pela indústria do desenvolvimento e assim se contribuir com a consolidação de sua história institucional. Indo de encontro a isso, a replicação do procedimento cartográfico desenvolvido com os materiais de campo para a forma de apresentação dos materiais bibliográficos mostra-se interessante. Não preocupada apenas com as próprias definições de conceitos e sem o compromisso de falar em consonância com uma história institucional, a cartografia chama a atenção para o que pode ser visto, para o que é associado aos conceitos, para fragmentos de caminho tomados por eles e para algumas das ênfases circunstanciais dadas pelos autores que trataram do tema.

Por esse procedimento cartográfico, pode-se constatar como a indústria do desenvolvimento insiste em uma noção temporal caracterizada por marcos e passagens que são estabelecidos dentro de uma narrativa institucionalizada em oposição a elementos ou características que vieram anteriormente. Pode-se evidenciar também como a narrativa de uma rápida difusão das novas ideias está de acordo com essa própria história institucional que visa estabelecer marcos de ruptura. Por fim, a cartografia das mobilizações da noção de *participação* na literatura sobre desenvolvimento permite que se veja uma grande separação entre discurso e prática que, embora apontada como um problema para as medidas de desenvolvimento, não é dissociada das teorizações que as embasam.

No que se refere aos marcos e passagens, é interessante notar como a própria narrativa sobre a origem da indústria do desenvolvimento, mesmo provindo de uma vertente crítica, é estabelecida nesses mesmos termos temporais. Conforme argumenta Escobar (1994), foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que as nações industrializadas da Europa e os Estados Unidos passaram a ser vistos como modelos indubitáveis a serem seguidos pelos países da África, da Ásia e da América Latina. Como consequência, esses países, compondo o chamado “Terceiro Mundo”, passaram a ser influenciados por mecanismos de ajuda externa, baseados na geração e intensa utilização de poderosas categorias como as de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que deram origem ao campo do Desenvolvimento

Internacional, também conhecido por essa vertente crítica como “indústria do desenvolvimento”. Tal imaginário desenvolvimentista prolifera e ganha força, obviamente, junto ao nascimento de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1944 com o intuito de reconstruir o sistema monetário internacional no pós-guerra via promoção da cooperação financeira entre os países membro, e o Banco Mundial, instituição financeira norte-americana inaugurada em 1944 com o objetivo específico de efetuar empréstimos a *países em desenvolvimento*.

A narrativa desenvolvimentista continua e foca no processo de uma rápida difusão de ideias específicas, afinal, essa indústria, ainda nas palavras de Escobar, consolida-se fazendo uso de “construções centrais ou palavras-chave do discurso de desenvolvimento, tais como o mercado, planejamento, população, meio ambiente, produção, igualdade, participação, necessidades [e] pobreza” (Escobar, 1994, p. 12).⁷ A indústria do desenvolvimento não está, portanto, desvinculada da produção de um aparato conceitual que, assim como as instituições que o compõem, viaja e se difunde mundialmente, apresentando-se enquanto eficientes soluções para os diferentes problemas econômicos e sociais que afligiam os países do *Terceiro Mundo*. Por essa narrativa, fica evidente como instituições específicas funcionam como o substrato material para a manutenção, iteração e disseminação de todo um aparato conceitual que funciona como parte constitutiva da própria indústria do desenvolvimento.

Quando se volta para o conceito de *participação*, a ênfase numa espécie de grande narrativa acerca do surgimento e da própria difusão do conceito também se faz evidente. Deve-se destacar mais uma vez que essas são sem dúvida as narrativas hegemônicas, as narrativas que não só embasam a maioria das revisões bibliográficas sobre o tema, mas também as sustentadas pelas agências de desenvolvimento que tanto advogam os benefícios da participação. Por essas narrativas, o paradigma *participativo* aparece também como um marco. Nesse ponto, é interessante notar que a crítica ao modelo de desenvolvimento foi feita tanto pela antropologia do desenvolvimento quanto pela própria indústria do desenvolvimento e que em ambas as vertentes a noção de participação foi uma chave central.

No que se refere à antropologia do desenvolvimento, o que se procurou evidenciar foi como os programas e projetos de desenvolvimento característicos da indústria do desenvolvimento envolvem uma construção, feita por parte das agências multilaterais, das realidades sobre as quais atuam ou pretendem atuar (Ferguson, 1990; Escobar, 1994). Essas construções, muitas vezes feitas via articulação de conhecimentos técnico-científicos, acabam por obliterar demandas, necessidades e saberes locais. Em um sentido próximo, esse modelo de intervenção de desenvolvimento também foi criticado no que se refere à profunda separação entre conhecimentos populares e conhecimentos técnicos científicos (Olivier de Sardan, 1995), justamente por não reconhecer “dispositivos” que são externos aos projetos e programas de desenvolvimento e que dependem dos domínios das práticas sociais de cada uma das populações consideradas. Resumidamente, as críticas aos modelos de desenvolvimento feitas pela antropologia do desenvolvimento convergem para a questão do grande distanciamento entre os operadores de desenvolvimento e os beneficiários de tais medidas, exatamente o problema que a ideia de participação, em termos aplicados, busca sanar.

7 Todas as citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas por mim.

Constatação muito próxima a esta foi levantada pela própria indústria do desenvolvimento, para quem os projetos de desenvolvimento muito centralizados do tipo *top-down* estavam totalmente desconectados das demandas e das necessidades dos beneficiados por tais medidas (Cernea, 1991, 1992). Além disso, esse descompasso com os interesses locais foi apontado como um dos fatores responsáveis pelo nível de eficiência das intervenções sempre mais baixo do que o esperado (The World Bank, 1996). Uma das soluções encontradas para esse impasse foi a incorporação dos chamados “fatores sociais” no planejamento e na aplicação de medidas de desenvolvimento (Cernea, 1991, 1992; The World Bank, 1996). É a partir da percepção da importância dos fatores sociais que ideias como *transformação, empoderamento, conhecimento local/tradicional, desenvolvimento sustentável* e, principalmente, *participação e desenvolvimento participativo* passam a fazer parte do conjunto de conceitos característicos dos projetos e das intervenções de desenvolvimento.

Mansuri e Rao (2012), dois economistas do Banco Mundial, resumem muito bem o interesse institucional pelo conceito de *participação* em um *paper* publicado pelo próprio Banco Mundial. Também defendendo que o interesse pela *participação* se iniciou como uma reação às estratégias de desenvolvimento altamente centralizadas típicas das décadas de 1970 e 1980, os autores demonstram como o maior enfoque na aproximação entre a ajuda de desenvolvimento e as populações beneficiárias estava associado a uma estratégia para se aumentar a efetividade das intervenções de desenvolvimento. Eles destacam também que o paradigma *participativo* tem sido muito bem-sucedido nesse objetivo de aproximação entre organizações e público-alvo e que, principalmente a partir da última década, a *participação* “adquiriu uma vida própria e é agora proposta como um meio para alcançar uma variedade de objetivos – melhor direcionamento da pobreza, a melhor prestação de serviços públicos, [...] maiores vocalização e coesão social e aumento da responsabilização do governo” (Mansuri & Rao, 2012, p. 2). Percebe-se, dessa forma, como a *participação* desde o início de sua incorporação dentro da indústria do desenvolvimento associa-se a uma ideia de eficiência e de aplicabilidade, chegando, até mesmo, a adquirir uma vida própria dentro do trabalho institucional.

É exatamente no que se refere a essas qualidades – aplicabilidade e eficiência – associadas ao paradigma *participativo* que Cohen e Uploff, dois especialistas americanos em desenvolvimento, ainda na década de 1980, também chamavam a atenção para o fato de que a *participação* do público-alvo nas medidas de desenvolvimento deixava de ser uma consequência para se tornar uma das principais condições das próprias medidas. A *participação*, nesse caso associada a noções de trabalho conjunto, é definida como “o envolvimento (*involvement*) de um número significativo de pessoas nas situações ou ações que melhoram seu bem-estar” (Cohen & Uploff, 1980, p. 213). Também insistindo na ideia de um marco de passagem, a noção é apresentada por esses autores, da mesma forma como apresentado por Mansuri e Rao duas décadas depois, ou seja, como uma postura radicalmente diferente em relação ao que era praticado antes pela indústria do desenvolvimento. Essa constatação está na base do que foi convencionalmente chamado, na literatura produzida pela própria indústria do desenvolvimento, de virada dos anos 1980, ou seja, o momento exato no qual a noção de *participação* foi oficialmente incorporada.

Saindo dos textos produzidos em solo estadunidense e indo para aqueles produzidos na França, percebe-se como mudanças e continuidades coexistem: o interesse pelo marco temporal de passagem

continua, mas as datas divergem. Para Chauveau, por exemplo, o interesse pela noção de *participação* no desenvolvimento é muito mais antigo, bem anterior às décadas de 1970 e 1980, remontando ao fim da Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente, ao período colonial. Mesmo enfatizando um marco de passagem distinto, o autor também destaca a centralidade da noção, apresentando o modelo participativo enquanto “a pedra angular das concepções em matéria de desenvolvimento” (Chauveau, 1992, p. 2) que foi difundido no período entre guerras visando a racionalização da própria exploração colonial.

Essa racionalização da exploração colonial, intimamente atrelada à produção de lucro, associava a noção de *participação* com o reconhecimento da utilidade das formas próprias de organização dos camponeses e também de seus *savoir-faire* em matéria de práticas agrícolas e de comportamentos econômicos.⁸ Sendo assim, noções como *modelo participativo*, *sociedades indígenas*, *cooperativas* e *associações*, tão comuns atualmente e que já estavam presentes nas intervenções dessa época, não só evidenciam um interesse em fazer as intervenções coloniais de desenvolvimento mais produtivas, mas também demonstram como houve uma “forte continuidade no tipo de estrutura suscitadas pelo setor de desenvolvimento” (*ibidem*). Aqui, as ideias que adquirem proeminência são as de racionalidade, de utilidade e de lucro, vinculados a um contexto de exploração colonial. Embora o período histórico, assim como os termos, seja distinto, *participação* está mais uma vez avizinhada à ideia de eficiência.

A ênfase dada às noções de *participação* e de associativismo, entretanto, como ainda argumenta Chauveau, não foi constante na história institucional do desenvolvimento. Segundo o autor, houve um “balanço incessante entre formas participativas e formas não participativas de desenvolvimento” (Chauveau, 1994, p. 40). Esse balanço chama a atenção para a proeminência da própria noção de *participação*, ora almejada, ora renegada, e permite também que se veja que o que estava em questão era a oposição entre modelos planejados e descentralizados – mais custosos aos desenvolvedores justamente por demandar maior trabalho de identificação de necessidades – e modelos centralizados de tipo *top-down* com vistas à elaboração de estratégias unificadas de desenvolvimento.

Em termos do exercício cartográfico aqui pretendido, o que fica evidente é que a disseminação da noção de *participação* nos canais institucionais e nos aparatos de desenvolvimento, que ocorre no pós-Segunda Guerra Mundial, poderia ser vista como uma reedição de um conceito que já existia, mas que, todavia, associava-se a noções diferentes. Pela perspectiva do “balanço incessante entre formas participativas e formas não participativas de desenvolvimento”, o interesse atual apontado por Mansuri e Rao e, também, por Cohen e Uploff, ambos remontado o interesse pela *participação* às décadas de 1970 e 1980, pode ser visto como das inclinações mais recente em prol das ideias participativas do desenvolvimento.⁹

A ideia de reedição de um conceito, como tal, é mais bem compreendida ao se levar em consideração as ideias que se avizinham a ele em diferentes momentos, em diferentes contextos temporais ou mesmo históricos. Não é fortuito que *participação* ora se ligue à racionalidade e lucro, ora à eficiência. Essas diferentes associações, embora muito próximas em termos de sentido, marcam objetivos políticos específicos, remetendo, respectivamente, ao domínio colonial e às estratégias corporativistas

8 Nesse ponto o vínculo entre a antropologia e o aparato colonial é evidente.

9 Essas perspectivas são as que vigoram na maioria das revisões bibliográficas sobre o tema, estando a narrativa que remonta o início do paradigma participativo aos anos 1980, mais atrelada àqueles que trabalham com o desenvolvimento e que notadamente fazem parte da indústria do desenvolvimento (Mansuri & Rao, 2012; Cohen & Uploff, 1980), e a narrativa que remonta o paradigma participativo ao período colonial, mais próxima de autores críticos à indústria do desenvolvimento (Chauveau, 1992, 1994; Atlani-Duault & Dozon, 2011). É possível perceber também uma separação entre teorias anglófonas e francófonas.

que viriam a caracterizar o modelo de desenvolvimento contemporâneo. Pensando na noção de marco temporal que sempre aparece nas narrativas desses autores quando o assunto é o início do interesse pelo conceito de participação, ideias e expressões como grande novidade, *postura radicalmente diferente*, *virada dos anos 80*, *pedra angular* e *balanço entre formas participativas e não participativas* contribuem com a construção da ideia de inescapabilidade que se vincula ao conceito, até mesmo quando se trata de negá-lo. São expressões como essas que, justamente, advogam em favor da rápida difusão dos novos paradigmas apresentados sob o rótulo de *participativos*.

A participação e o trabalho de agências transnacionais

A rápida difusão do conceito de *participação*, geralmente, é relacionada na literatura ao trabalho de grandes agências transnacionais, como o Banco Mundial e a União Europeia, bem como às definições e usos que tais instituições fizeram de paradigmas e conceitos e aos fragmentos de caminhos que tais aplicações conceituais e definições tomaram dentro de canais institucionais específicos. Da maneira como institucionalizada e difundida pelo Banco Mundial, para se ter uma ideia, a noção de *participação* parte da premissa de que em projetos de desenvolvimento existe uma grande diversidade de atores envolvidos e, por isso, as pessoas afetadas por tais intervenções devem ser incluídas no processo de tomada de decisão. *Participação*, portanto, é, para o Banco Mundial, “um processo através do qual as partes interessadas influenciam e compartilham o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e sobre as decisões e recursos que os afetam” (The World Bank, 1996, p. xi). A inclusão das pessoas afetadas é, assim, conforme enfatizado pela instituição, não apenas uma forma de tornar os projetos de desenvolvimento mais eficazes e sustentáveis, mas também um caminho para contribuir com a efetividade desses projetos na medida em que pode promover um sentimento de *crença* em relação à relevância desses projetos entre aqueles que são diretamente afetados por eles.

De acordo com *experts* da União Europeia, por sua vez, a *participação* das partes envolvidas em projetos de desenvolvimento significa que elas tenham voz durante as decisões que impactam suas vidas e também um papel durante a execução das medidas provenientes dessas decisões (Union Européenne, 2015). Sendo assim, é essa *prática* que permite “a elaboração e a implementação de políticas que respondam de maneira eficaz às *verdadeiras necessidades* dos primeiros interessados” (Union Européenne, 2015, p. 7, destaque meu). A *participação*, para eles também, contribui para o sucesso das intervenções de desenvolvimento já que ela permite que os beneficiários de tais políticas possam “*ajudar* os tomadores de decisão e os administradores a compreender onde se situam os problemas reais, o que é suscetível de funcionar ou não, quais são os maiores desafios, onde uma ação pode fazer o máximo de diferença e como” (*ibidem*).

A ideia de *participação* da forma como definida por essas duas agências transnacionais, como se percebe, aparece em diferentes vizinhanças conceituais. Ora atrelada a noções como *diversidade*, *inclusão*, *controle*, *efetividade* e *sustentabilidade*, no caso do Banco Mundial, ora a noções como dar voz, papel ativo, *necessidades locais* e *soluções locais*, no caso da União Europeia, o conceito toma diferentes ênfases. Deve-se ressaltar, obviamente, a distância temporal de quase 20 anos entre essas duas definições do conceito. Porém o que fica evidente é que no caso do Banco Mundial o que estava em jogo era o fato

de que as partes interessadas fossem convidadas a trabalhar juntas nos projetos que já vinham prontos e eram apenas implementados, processo no qual era preciso, na perspectiva do desenvolvedor, contar com um sentimento de *crença* por parte dos beneficiários em relação àquilo que lhes era proposto.

Já no caso da União Europeia, o que é visível é uma maior tentativa de aproximação entre desenvolvedores e beneficiários na própria elaboração das políticas, o que faz com que a *ajuda* por parte da população beneficiária em prol da criação/desenvolvimento de uma política seja temporalmente anterior à própria ajuda para o desenvolvimento econômico e social, ajuda que é devolvida pela instituição a essa população em termos de suas *verdadeiras necessidades*. Essa segunda significação dada ao conceito é, certamente, a mais recorrente nos atuais projetos de desenvolvimento. Mesmo focando em distintas significações para participação, entretanto, ambos conjuntos conceituais têm em comum o fato de, no final das contas, procurarem levar em consideração aspectos como os *problemas*, *dinâmicas* e *especificidades locais*, bem como os *conhecimentos tradicionais* enquanto elementos que assegurem, mais uma vez, a efetividade e também uma maior qualidade das intervenções de desenvolvimento.

Associada a uma estratégia que permitia a conciliação de medidas de desenvolvimento com respeito às dinâmicas sociais e culturais locais (Weid, 2001, p. 105), para além de aproximar as políticas de desenvolvimento ao público-alvo, como visto nas definições acima, a *participação*, conforme evidenciado por muitos autores, difundiu-se a tal ponto de poder ser apresentada como “um elemento fundamental na maioria dos atuais discursos, técnicas e metodologias de desenvolvimento” (Salviani, 2002, p. 2). Nesse ponto, o exercício cartográfico permite que se veja como todas as narrativas acerca de rupturas e marcos de passagem dentro da história institucional do desenvolvimento, responsáveis por incluir a noção de *participação* em sua indústria, corroboram com outra narrativa que já vinha se delimitando: a de que o conceito de participação se difundiu enormemente a ponto de poder ser tratado como algo inescapável em toda e qualquer ação de desenvolvimento. É um raciocínio como esse que está na base de colocações como as de Green (2000; 2009), que apontam como o paradigma participativo começou a ser tratado como uma “nova ortodoxia” do desenvolvimento. Tal raciocínio também é mencionado por Lavigne Delville (2012, p. 34), que destaca que o conceito aparece em praticamente todo programa de desenvolvimento como um “meio para reduzir o fosso entre situações locais e intervenções externas” e assim aumentar a eficiência dos planos de desenvolvimento. Para o autor, participação passou a ser uma forma de intermediar a relação entre “desenvolvedores” (*développeurs*) e “desenvolvidos” (*développés*) (*ibidem*) nas mais diversas circunstâncias e condições.

Outros casos que ilustram a difusão da noção de *participação* na indústria do desenvolvimento enquanto um marco de passagem que opera relevantes mudanças nas medidas de desenvolvimento são abundantes. Nguinguiri (1999, p. 4), por exemplo, ao tratar da gestão de ecossistemas florestais na África central, aponta que

todo projeto que não se refere ao paradigma participativo não é crível aos olhos da comunidade internacional. Ele não pode ser financiado pelos doadores de fundos. A Agenda 21 nos recomenda desenvolver estratégias participativas. Todos os colóquios e seminários voltam-se a essa diretiva.

Joiris e Bigombe Logo (2010, p. 24), antropólogos envolvidos com projetos de desenvolvimento, também afirmaram, uma década depois, que “a abordagem participativa toca o conjunto dos domínios do desenvolvimento. Ela se tornou um *leitmotiv* em função de toda uma gama de modelos de aplicação como tem demonstrado o escopo da terminologia desenvolvimentista”.

As reflexões, entretanto, não pararam em torno dos benefícios do conceito de *participação* e de sua rápida difusão. Quando se atenta para a grande quantidade de textos advogando em favor das vantagens da *participação* dentro do desenvolvimento, percebe-se que a indústria do desenvolvimento, enquanto uma indústria dotada de uma função crítica inerente, logo verteu seu foco de preocupações para os possíveis obstáculos que poderiam impedir a sua efetivação. O conceito em questão passa a ser movimentado dentro de uma vizinhança conceitual composta por *limitação*, *passividade*, e *insuficiência*, e pela oposição entre *concebido e real* e *discurso e prática*. Noções como participação ineficiente, participação passiva, pseudoparticipação passam a fazer parte do léxico empregado em textos, relatórios e projetos. Essa é, como aponta Chauveau (1992, p. 2), a grande novidade constatada no início da década de 1990. Assim, o que é destacável é que a questão para os desenvolvedores passa a ser como colocar em prática uma *real participação*. Enquanto uma distinção entre intenções e realizações, as discussões levantadas tratam de uma profunda separação entre o discurso do desenvolvimento e sua prática, ou seja, entre as definições de *participação* e sua constatação em campo.

Essa separação está presente em uma parte significativa da bibliografia sobre o conceito aqui cartografado. Nesse ponto, a noção de *participação* pode ser vista associada a escalas e gráficos cujo objetivo é mensurar níveis tanto de *participação* quanto de qualidade de participação. É notório também o fato de que geralmente existe uma gradação degenerativa entre o que é concebido como *participação* e o que é averiguado em campo. Alguns exemplos dessas escalas são: (a) a classificação feita por Deshler e Sock (1985) que vai da “Pseudo-Participation”, intimamente ligada à ideia de “assistencialismo” e marcada por processos de consulta que geralmente não dão origem a ações futuras, e de extração de informações para a justificativa interna do projeto, à “Genuine Participation”, caracterizada pela promoção do empoderamento dos beneficiários pelo fato de eles deterem o direito sobre os rumos do projeto e, por isso, terem a chance de trabalhar em cooperação com aqueles que o propõem, e (b) a distinção entre participação ativa, que promove “uma tomada de poder real das comunidades nos processos decisoriais dos projetos”, e participação passiva, caracterizada por se limitar a “implementar sistemas paliativos dos efeitos da intervenção, frequente coercitivos para a comunidade” (Joiris & Bigombe Logo, 2010, p. 31).

Embora esses autores apontem para a separação entre discurso e prática, essa cisão é problematizada mais intensamente dentro da indústria do desenvolvimento apenas quando se contrasta as medidas de desenvolvimento enquanto projetos a serem realizados às efetivas implementações desses projetos no campo, ou seja, quando o par concebido/realizado é confrontado em reuniões e relatórios de averiguação dos resultados das medidas de desenvolvimento. Essa problematização não é feita, por exemplo, com a própria forma a partir da qual são construídas as revisões bibliográficas, nem com a maneira como se sustenta a história institucional do desenvolvimento. É exatamente isso o que acaba criando a impressão de que conceitos – como *participação* e muitos outros como *empoderamento* e autonomia – são concebidos apenas

como ideias, como noções que possuem espécies de equivalentes averiguáveis no *mundo real*. A preocupação dos desenvolvedores, assim, é encontrar tais equivalentes, ou então se aproximar o máximo possível dos ideais conceituais. *Participação* como elemento autorreferenciado, cuja simples menção já provoca diversos efeitos, não está em questão nesse tipo de discussão típica do mundo do desenvolvimento.

Toda essa retomada bibliográfica, feita de forma cartográfica, evidencia a irradiação da noção de *participação*, a ênfase dada pelos autores a uma história institucional do conceito – contada em termos de marcos e passagens, desde sua definição até sua difusão –, bem como uma latente separação entre discurso e prática que alimenta a própria máquina autocrítica da indústria do desenvolvimento.¹⁰ A partir dela, passa-se para a cartografia das mobilizações conceituais no escritório da Funai de Altamira. Esse arraste do mesmo exercício conceitual feito com as informações de campo, e também com a literatura, tem como objetivo colocar as mobilizações de *participação*, tanto das falas nativas como da bibliografia, em paralelo. Sempre tratando *participação* como uma forma que comunica (Bateson, 1972), ou seja, como uma noção que pode adquirir diferentes significações, e assim opera múltiplos efeitos no mundo, a depender da vizinhança conceitual a qual se associa.

Na cartografia das mobilizações conceituais dentro do escritório da Funai de Altamira que se segue, o objetivo é mostrar como o conceito de *participação* é acionado pelos funcionários do escritório, quais noções associam a ele, quais enfoques são dados em situações específicas. Essa passagem para a cartografia das mobilizações do conceito no referido escritório não pretende fazer com que o conceito de participação, de forma unidirecional e contínua, saia, já definido e fixado, de grandes organizações transnacionais e *thinks tanks* e chegue no escritório da Funai pronto para ser usado, ou mesmo aplicado. Diferentemente disso – mas, ao mesmo tempo, sem apagar os fragmentos de caminho tomados por esses conceitos intensamente utilizados pela indústria do desenvolvimento – o que se pretende é operar um contraste entre os

10 Neste artigo, o foco está em participação, um conceito ainda pouco trabalhado na literatura brasileira, por isso a maior ênfase em autores estrangeiros. O exercício cartográfico, todavia, poderia ser feito com etnodesenvolvimento, um conceito muito mais explorado pela antropologia brasileira. A noção de etnodesenvolvimento (ou “desenvolvimento alternativo”) foi proposta como uma opção em relação ao modelo de desenvolvimentismo tradicional, na medida em que acrescentava o reconhecimento da necessidade de manutenção das distintividades culturais dos diferentes públicos-alvos das medidas de desenvolvimento (Stavenhagen, 1985). Desde a proposição, feita por Stavenhagen (1985, p. 41), de que o etnodesenvolvimento deveria se tornar a principal questão de reflexão teórica e prática sobre o desenvolvimento, muito se pesquisou e se debateu sobre a viabilidade do “desenvolvimento alternativo”. As posições na literatura brasileira, por exemplo, abarcam desde posições favoráveis ao “desenvolvimento alternativo”, sustentadas por exemplos bem-sucedidos desse tipo de intervenção (Carvalho, 2002), até colocações que inviabilizam o etnodesenvolvimento tanto teórica quanto empiricamente. No que se refere a esse último ponto, foi argumentado, por exemplo, que a exaltação do “desenvolvimento alternativo” acabava fazendo com que o próprio “desenvolvimento permane[cesse] impávido e não questionado em suas premissas e em seus sentidos” (Barreto Filho, 2006, p. 12). Nas palavras diretas de Gallois (2001, p. 127): “não pode existir um ‘etnodesenvolvimento’, pois mesmo quando se procura colocar o foco na identidade étnica, os pressupostos relativos à noção ocidental de bem-estar social, político e econômico nunca desaparecem”. Além dessas posturas, existem ainda as que colocam, pode-se dizer, o conceito “em suspenso”, servindo mais como algo que permite que, ainda dentro do desenvolvimentismo e de suas práticas, possa-se pensar e questionar as ideias atreladas ao desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se dizer que “o etnodesenvolvimento pode servir como um bom pretexto para pensar formas de relacionamento das sociedades dominantes com os povos etnicamente diferenciados, o que, antes de tudo, implica a reflexão sobre si mesmas, sobre suas imagens e seus mecanismos de totalização” (Souza Lima & Barroso-Hoffmann, 2002, p. 20). Etnodesenvolvimento, é preciso frisar, é um conceito amplamente utilizado no escritório da Funai de Altamira. Se o olharmos em paralelo ao conceito de participação, percebemos que este é primordial para a possibilidade daquele (Oliveira, 1996). A participação é a responsável pela viabilidade das duas principais premissas do “desenvolvimento alternativo”: a valorização das próprias necessidades locais e o imperativo da visão endógena ou interna sobre a intervenção. É somente pela participação dos membros da população alvo na medida de desenvolvimento que os anseios e necessidades dessa população, bem como os direcionamentos por ela apontados, podem ser identificados e, posteriormente, incorporados aos programas desenvolvimentistas. Esse pequeno exercício cartográfico colocando etnodesenvolvimento como o ponto de partida também chega no conceito de participação e nas demais vizinhanças conceituais apresentadas ao longo deste artigo. Esta espécie de circularidade das mobilizações conceituais leva-nos de volta à ideia de “forma que comunica” de Bateson e da existência de determinadas “redundâncias”, tanto na literatura sobre desenvolvimento quanto, como será visto nas próximas partes deste artigo, no modelo de atuação adotado pela Funai.

dois diferentes modos pelos quais o conceito de *participação* é mobilizado, primeiro na literatura que trata sobre o tema e posteriormente no campo, adquirindo diferentes proeminências a depender do conjunto conceitual com o qual é mobilizado e assim operando contrastantes efeitos.

A ênfase em uma maneira participativa de trabalho

Uma rápida descrição do processo de proposição e execução de projetos é suficiente para evidenciar o quanto a noção de *participação* indígena faz-se presente no trabalho do escritório da Funai de Altamira. Os projetos dependem, primeiramente, de uma atuação de consultoria direta com os povos indígenas, atuação relacionada ao *formato projeto* defendido pela instituição e que pode ser resumido pela frase “diagnóstico que gera prognóstico”.¹¹ Essa atuação de consultoria – que pode ocorrer em campo, com a realização de reuniões e/ou entrevistas com indígenas nas aldeias, ou mesmo no escritório da Funai em Altamira, quando indígenas por lá passam para conversar com os indigenistas – deve ser feita antes mesmo do projeto ser elaborado e é chamada de *diagnóstico inicial*. É esse *diagnóstico* que permite, segundo os indigenistas, que as especificidades de cada um dos povos, bem como algumas de suas demandas mais imediatas, possam ser levadas em consideração.

Além do mais, os projetos a serem desenvolvidos pela Funai têm que ser o “ponto de partida para algo maior”. Esse algo *maior*, além de buscar resolver os *problemas* levantados no *diagnóstico inicial* e responder às demandas identificadas, deve mencionar os termos de *fortalecimento* e *empoderamento* dos povos indígenas. Essa menção funciona como uma espécie de instrução normativa aos projetos da instituição, ou, ainda, como uma espécie de pré-requisito para o desenrolar dos *projetos*. Seja para sanar os *problemas* identificados no *diagnóstico* ou para “promover o fortalecimento e o empoderamento dos povos indígenas”, são propostas diversas atividades educativas que constantemente mobilizam *formação* e *capacitação* enquanto caminhos para que os indígenas possam “ser treinados para fazer alguma coisa”. Seja para aprender boas práticas de manejo dos castanhais, gerir coletivamente uma cantina de distribuição de gêneros alimentícios, ou mesmo compreender o que é fazer projeto ou promover a autonomia, o caminho apontado é sempre uma atividade de *treinamento*. Nessas atividades há a transmissão de técnicas e de conhecimentos para os povos indígenas, porém sempre com a preocupação de que “os indígenas têm que *participar* e entender todo o processo”¹². Portanto, mesmo havendo esse caráter educativo nos projetos, eles são apresentados apenas como um “pontapé inicial ou mesmo um fôlego, ou uma inspiração, para que depois, a partir dos projetos, [os indígenas] tenham mais autonomia e passem a fazer o que é mais interessante para eles”.¹³ Os indígenas, *treinados* e *capacitados* para diferentes atividades – e por isso *fortalecidos* e *empoderados*, fazendo eles próprios o que consideram como interessantes para si, portanto –, podem ser vistos como o mencionado *algo maior* almejado pela instituição. Entretanto, nesse processo educativo, a Funai (seus funcionários e os consultores), para não

11 As falas de meus interlocutores serão apresentadas com aspas duplas. Quando relevante para a análise, o contexto da fala será indicado nas notas.

12 Fala de M., uma das indigenistas especializadas, referindo-se à forma como a Funai deveria conduzir os seus projetos.

13 Fala de um consultor envolvido em projetos de coleta de castanha, durante reunião na Funai.

trair a noção de *autonomia indígena*, atua “apenas ajudando a entender o que é um projeto, não apenas a receber um projeto”,¹⁴ ou seja, assumindo um papel de intermediário.

Assim, os projetos que atingem “algo maior” são também aqueles que “chegam em algum lugar”.

¹⁵ E, novamente, o ponto de chegada mencionado toca frequentemente na questão do *empoderamento*, aqui associado, geralmente, à *organização social* e à *geração de renda*. “Somente se organizando é que os indígenas conseguirão mais coisas”¹⁶. Essa é uma frase que sintetiza boa parte das preocupações dos funcionários da Funai de Altamira. A isso soma-se uma segunda espécie de instrução normativa que guia os projetos de atividade produtiva, dizendo que “idealmente os projetos feitos com os povos indígenas devem ser algo que gera recurso financeiro rápido”¹⁶.

Em suma, esses *projetos*, da forma como mobilizados pelos funcionários, podem ser vistos como um processo que passa pelo diagnóstico, pelo papel de intermediação da Funai via funcionários e consultores envolvidos e que têm como principal meta chegar em um ponto em que os indígenas, estando capacitados e treinados – *empoderados* –, atinjam a *autonomia*. Porém não deixam de levar em consideração toda a dificuldade envolvida nesse processo. Os funcionários do escritório sabem que os “projetos têm que ir para frente e que os projetos têm que ter continuidade” – ideia de que os processos de *capacitação* e *empoderamento* são lentos, “que os resultados só vêm a longo prazo”¹⁷ e que muito trabalho é sempre necessário.

Nesse complexo e difícil processo de proposição e execução dos projetos, a figura do *conhecimento de índio* é evocada, de forma significativa, como um poderoso fator facilitador. Esse *conhecimento de índio*, que também aparece na forma de *conhecimento tradicional*, envolve não só a dimensão da necessidade de aprendizado com os próprios povos indígenas por parte dos consultores, para que os projetos sejam mais específicos e, assim, mais eficientes, mas também toda uma dimensão que toca na figura do indígena enquanto o melhor ensinador quando o assunto é transmitir conhecimentos de branco, aprendidos anteriormente, para outros povos indígenas. Essa segunda dimensão, manifesta na relevância dada ao *conhecimento de índio para índio*, sustenta-se na *identificação entre parentes indígenas* e, também, na possível maior facilidade comunicativa existente entre os indígenas. Falando da expansão da experiência com projeto de coleta de castanha, implementada inicialmente com os Xipaya, para outros povos indígenas, o consultor responsável por tal empreendimento afirmou enfaticamente: “seria interessante levar um Xipaya para falar com os outros indígenas, assim fica um papo de índio para índio. E aí a Funai fica só auxiliando”.

Conhecimento de índio e *conhecimento de índio para índio* envolvem, todos eles, a dimensão da necessidade de comunicação, de diálogo com os povos indígenas, e de vínculo entre o que está sendo feito pela Funai e seus consultores – o que está escrito nos projetos –, e aquilo que será ou que está sendo executado junto aos indígenas – o que irá entrar nos produtos e relatórios. Essa comunicação é primordial no *diagnóstico*, para que o consultor consiga levantar as questões relevantes a serem traba-

14 Fala de M., ainda sobre a forma de atuação da Funai.

15 Idem.

16 Idem

17 Essa frase foi dita várias vezes em uma reunião entre funcionários, consultores contratados e um representante da The Nature Conservancy (TNC), importante parceira e fonte de financiamento da Funai de Altamira. A frase aparecia como um lembrete que deveria sempre ser levado em consideração ao se iniciar o planejamento de um projeto. Os projetos de coleta de castanha, implementados inicialmente entre os indígenas Xipaya e que durante o trabalho de campo estavam em expansão para outros povos indígenas, são um bom exemplo disso.

lhadas e também as possíveis estratégias de trabalho que poderão ser utilizadas. Essa comunicação também é primordial em todo o processo de execução do *projeto* e é o caminho para que consultores e proponentes averiguem tanto a implementação quanto o impacto das ações. Além do mais, é importante que essas conversas sejam feitas em um esquema de *negociação*. De acordo com um dos indigenistas: “o importante sempre é a negociação, não basta chegar lá dizendo que tem um recurso ou que tal projeto já pronto será feito. Tem que ir negociando, esperando os indígenas se mobilizarem e se voluntariarem, só assim eles irão dizendo o que é que querem”¹⁸.

Outro ponto importante da *negociação* é a *contrapartida local*. Esse termo aparecia como sendo uma espécie de resposta dos indígenas à atividade realizada na aldeia e consistia, quanto se fala em *projetos de desenvolvimento indígena*, ou mais precisamente projetos de atividade produtiva, basicamente na “mobilização dos recursos naturais necessários para a implementação de alguma obra”¹⁹. Nesses processos de implementação do que poderia se chamar de infraestruturas do projeto, de acordo com um dos indigenistas, “os indígenas têm que trabalhar na coleta da palha para a construção de telhados e também têm que ajudar a serrar a madeira”²⁰. Essa *ajuda* dos indígenas era frequentemente mencionada como algo fundamental, dados os pequenos orçamentos, insuficientes para pagar toda a mão de obra necessária para a execução dos projetos.

Como se pode perceber, todo um conjunto conceitual é mobilizado com vistas a definir e a explicar o formato de atuação defendido pelo escritório da Funai de Altamira. É notório, como já dito, o enfoque na noção de *participação*. Desde a primeira fase caracterizada pelo diagnóstico inicial, conceitos como *especificidades locais* e *demandas indígenas* trazem para o centro da discussão a própria noção de *participação*. Quando se fala, por sua vez, do conjunto conceitual *formação, capacitação, fortalecimento, empoderamento e organização social* novamente tem-se latente uma ideia de *participação indígena* em todo o processo com vistas à promoção da *autonomia indígena* almejada pela instituição. O mesmo pode ser dito para as noções de *conhecimento indígena, negociação e contrapartida local*: o que está em questão é uma espécie de trabalho conjunto entre a Funai e os indígenas.

Entretanto não se pode deixar de levar em consideração que as articulações de conceitos não são sempre as mesmas. Elas dependem dos atores que as fazem, dos contextos de enunciação e também das informações transmitidas e das finalidades pretendidas. *Participação*, dessa forma, não é necessariamente sempre a mesma coisa. Apesar de aparecer nos diferentes casos como substantivo e como adjetivo, as significações da noção dependem da existência de uma série de conceitos que avizinhamos a ela fazem com que seu significado o tempo todo escape. Isso ocorre pelo fato de diferentes vínculos conceituais estarem sempre sendo mobilizados pelos diferentes agentes interligados no trabalho do escritório da Funai, para os mais diversos fins. Seja para propor um projeto, para discutir a forma de atuação com os povos indígenas ou mesmo para realizar uma oficina ou atividade, padrões oriundos de determinadas estruturas, para retomar o vocabulário oferecido por Bateson (1972), necessitam se impor e, para isso, muitas noções precisam necessariamente ser mobilizadas, inclusive por diversos

18 Idem.

19 Fala de um dos indigenistas especializados em uma reunião sobre as futuras ações da Funai junto aos povos indígenas.

20 Fala do representante da TNC.

agentes e em diferentes ocasiões. Assim, conceitos são insistentemente realocados e rearranjados uns em relação aos outros, o que abre margem para que seus significados possam escapar e se transformar.

Distintas vizinhanças conceituais: diferentes possibilidades de significação para a participação

Quando se fala da mobilização de *participação* no escritório da Funai de Altamira enquanto uma forma que comunica (Bateson, 1972), o mais relevante é observar que de fato existem diferenças na maneira como a questão *participativa* é movimentada. Quando mencionada junto a conceitos específicos, ou seja, quando em vizinhanças conceituais distintas, *participação* assume formas também distintas. Quando a *participação indígena* está relacionada à tomada de decisões, por exemplo, o conceito é mobilizado em uma vizinhança conceitual formada por ideias como *capacitação*, *empoderamento*, *autonomia*, *protagonismo* e *negociação*. Por sua vez, quando *participação* está ligada às atividades de trabalho dos indígenas, para a implementação do projeto, as noções movimentadas são as de *trabalho*, *mão de obra*, *ajuda* e *voluntariado*.

No primeiro caso, o que está em jogo é a tentativa de procurar mostrar como as opiniões e anseios dos povos indígenas são levados em consideração, tanto no momento em que os projetos estão sendo propostos quanto no rumo que as atividades estão tomando. Como descrito, todos esses conceitos atrelados à *participação* são movimentados quase que de maneira encadeada para caracterizar o modelo de intervenção almejado pela instituição. O que se propõe primeiramente na maioria dos projetos é algum tipo de *capacitação* dos povos indígenas. Essas capacitações envolvem o oferecimento de cursos de curta duração ou então de oficinas visando transmitir *conhecimentos estratégicos*, como, por exemplo, sobre o uso de computadores, de equipamentos audiovisuais, de máquinas de costura. Tais cursos e oficinas podem também ser mais “teóricos” e se voltar para o ensino sobre direitos indígenas, sobre associativismo, sobre boas práticas de manejo florestal etc. Sempre com a preocupação de se levar em conta as *especificidades* de cada um dos povos indígenas, bem como suas *formas tradicionais* de aprendizagem, essas *capacitações* geralmente aparecem sob o título de oficinas *participativas*.

A insistência da instituição nesse tipo de intervenção pode ser explicada pelo já mencionado vínculo estabelecido pelos funcionários entre *capacitação* e *fortalecimento*. *Fortalecimento* por sua vez é associado à *organização social*. Assim, os povos indígenas, após serem capacitados para as mais diferentes “atividades que antes não faziam parte de suas vidas, mas que agora são necessárias para que eles possam reivindicar seus direitos”²¹ estariam mais *socialmente organizados* e assim *fortalecidos*. Todo esse processo, que pode ser ilustrado pela noção de *empoderamento*, é um dos pré-requisitos necessários para a promoção da *autonomia* dos próprios indígenas, momento no qual *capacitados*, *fortalecidos* e *empoderados*, eles estarão em condições para “tomar suas próprias decisões e escolher o que é melhor para suas vidas”²².

21 Fala de uma das indigenistas da Frente de Proteção Etnoambiental.

22 Idem

Como se pode perceber, a mobilização desse conjunto conceitual específico, que está em praticamente todos os projetos da instituição sendo acionado quase que de maneira circular – e que caracteriza uma das vizinhanças conceituais de *participação* – ilustra uma espécie de tática de trabalho junto aos povos indígenas. Essa tática pode ser reconhecida por um constante processo de *capacitação, fortalecimento e empoderamento* rumo à *autonomia*. Processo no qual os indígenas são protagonistas e, por isso, devem *participar* o tempo todo e em todas as instâncias. Embora esses conceitos estejam o tempo todo presentes, *participação, fortalecimento, empoderamento* são mencionados uns em relação aos outros. Tais conceitos, diferentemente do que se apresenta nos textos da indústria do desenvolvimento, não são definidos, muito menos questionados. Sua simples menção já provoca efeitos na atuação do escritório. Basta que eles estejam presentes e inter-relacionados para que um projeto ou ação possa ser qualificado como aceitável, para que projetos avancem, para que a atuação do escritório esteja em consonância com a política indigenista oficial.

Já no segundo caso, quando em outra vizinhança conceitual, a *participação* indígena faz referência ao desempenho de atividade de trabalho (coletar palha, serrar madeira, cuidar do estoque de castanha) que ficam sob responsabilidade dos indígenas durante a implementação das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento dos projetos. Aqui os indígenas aparecem como *voluntários*, como aqueles que *ajudam* a colocar em prática um projeto que idealmente foi concebido dentro da primeira vizinhança conceitual aqui apresentada (*capacitação, empoderamento, autonomia, protagonismo e negociação*). Complexificando ainda mais as questões, as atividades de trabalho a serem desenvolvidas pelos indígenas dentro dos projetos são chamadas de *contrapartidas locais* e compreendem uma espécie de “obrigação dos indígenas”, conforme explica um dos indigenistas. Em suma, na *contrapartida* local, *participar é trabalhar* junto.

Nesse sentido, muitas vezes os indigenistas recorrem às chamadas *práticas tradicionais* de mobilização de recursos naturais (uso de palha para a construção de telhados, por exemplo) enquanto um meio para se poupar recursos financeiros com *mão de obra* especializada e com materiais de construção. Isso é apontado não só como um meio para se driblar os baixos orçamentos dos projetos, mas também como um eficiente meio para garantir o *engajamento, a participação* dos indígenas na implementação do projeto. Esse *trabalho conjunto* durante a implementação dos projetos é concebido idealmente pelos funcionários da Funai como uma atividade de *voluntariado*, remetendo mais uma vez à noção de *ajuda*. Entretanto ele não se resume a uma relação na qual proponente/consultores e indígenas *trabalham* juntos para uma causa em comum, ao menos não apenas a isso. Na execução dos projetos, os consultores deparam-se com o fato de que “tem que haver uma recompensa imediata para a contrapartida local”, um pagamento ou um pequeno rancho²³, afinal “para os indígenas não bastam as consequências e resultados a longo prazo oferecidos pelos projetos”.²⁴

Um bom exemplo para se pensar essas distintas formas assumidas pelo conceito de participação pode ser observado nos relatórios referentes a um projeto desenvolvido pela Funai de Altamira e voltado às mulheres Xikrin. Nesses relatórios, era evidente a oposição entre, de um lado, a referência

23 Forma como funcionários da Funai, consultores envolvidos em trabalho de campo e indígenas se referem a um suprimento de comida.

24 Fala de um dos consultores contratados pela Funai.

constante ao conceito de participação nas diferentes etapas do projeto e, de outro, o uso que as beneficiárias fizeram do conceito em algumas circunstâncias. Em uma das oficinas de capacitação realizadas, atividade considerada de “participação do público-alvo”, muitas das beneficiárias confrontaram os consultores sobre o motivo de elas, ao contrário deles, não estarem recebendo diárias por participarem de tal atividade. Essa indagação evidencia um certo descompasso entre o uso do conceito de participação pelas mulheres indígenas e entre o que está sendo associado a ele pelos proponentes e executores. Aquelas, ao que tudo indica, tomaram a realização da oficina enquanto uma atividade de trabalho para o projeto, que deveria, portanto, ser remunerada.

Trata-se de consideração bem distinta daquela comum no mundo do desenvolvimento, para quem a *participação* do público-alvo funciona como uma espécie de *contrapartida local* ao projeto à medida que é recebido. Como se percebe, dependendo de quem mobiliza e também das noções avizinhas, o conceito pode assumir formas bastante distintas. Como nesse caso em que as beneficiárias do projeto praticamente inverteram os conjuntos conceituais associados à noção de *participação*, ou seja, em um momento em que era esperado institucionalmente que associassem participação à primeira vizinhança conceitual aqui apresentada, as beneficiárias a vincularam ao segundo conjunto conceitual.

É nessa segunda vizinhança conceitual que a *participação* indígena é pensada e trabalhada pelos funcionários da Funai de forma mais intensa. Afinal, quando essa *participação* ligada a trabalho conjunto não ocorre da forma esperada, os projetos encontram sérios problemas. Eles podem fracassar, no sentido de não terem alcançados os objetivos estabelecidos, e até mesmo ser interrompidos. Indígenas que não aplicam as boas práticas de manejo, que não conseguem fazer o controle corretamente no livro caixa da cantina local²⁵, que não demonstram interesse em fazer as oficinas oferecidas²⁶, bem como possíveis explicações para tais circunstâncias, gastam várias páginas dos relatórios produzidos pelos consultores e são pauta frequente nas conversas e reuniões realizadas no escritório da Funai.

Dois exemplos são elucidativos para ilustrar essa situação, ou seja, o momento em que atividades concebidas como participativas não obtêm êxito na perspectiva dos proponentes. Um deles é o caso de uma oficina audiovisual integrada a um grande projeto direcionado às mulheres Xikrin. Essa oficina, concebida como uma oportunidade para que as mulheres aprendessem noções básicas de fotografia e filmagem, além de ter contado com a participação de mulheres de apenas 6 das 9 aldeias Xikrin, encontrou, conforme relatado pelas consultoras envolvidas, um público-alvo bastante heterogêneo em termos de envolvimento e interesse para com as atividades. Um outro exemplo, talvez mais trágico para os consultores envolvidos, ocorreu com uma série de oficinas de etnomapeamento também direcionadas aos Xikrin. Essas oficinas, que contavam com o uso de muitos equipamentos e que haviam custado uma boa parte do orçamento do projeto, ocorreriam em todas as 9 aldeias. Entretanto os consultores se depararam não apenas com “indígenas totalmente desinteressados com as oficinas e que nem sequer ajudaram a carregar os pesados equipamentos e descarregar a voadeira nas águas lamacentas do rio”, mas também, como relatou a mais decepcionada das consultoras, com “uma das aldeias completamente vazia [em decorrência do fato de que] todos os índios haviam ido passar o final de semana na cidade as-

25 Aparece como um dos problemas enfrentados pela equipe responsável pela implementação de um projeto de coleta de castanha, realizado entre os Xipaya.

26 Oficina de audiovisual realizada em decorrência do projeto direcionado às mulheres Xikrin.

sistindo o culto que tira barata da cabeça”. Diferentemente do caso da oficina audiovisual, essas oficinas falharam completamente, nem chegando a ser realizadas.

Para esses casos, tanto os consultores quanto a Funai tentam veementemente encontrar explicações para o insucesso, identificando possíveis razões que esclareçam tal comportamento dos beneficiários. Obviamente visando evitar possíveis recorrências. A *participação* associada a *trabalho conjunto*, *ajuda* e *contrapartida local* é fortemente pensada justamente por ser um pré-requisito necessário para o sucesso das próprias atividades propostas. Enquanto se falava de oficinas *participativas* para o levantamento de demandas indígenas, uma *participação* indígena tida como não muito bem-sucedida não acarretava em insucessos operacionais da instituição, afinal projetos poderiam, mesmo não no formato idealmente *participativo*, continuar sendo propostos.

A partir desse momento, poder-se-ia voltar facilmente a uma espécie de investigação sobre a efetividade da *participação* no escritório da Funai. Nesse sentido, problemas de comunicação, conflitos de agenda ou mesmo o simples desinteresse dos indígenas poderiam, na visão dos funcionários da Funai, ser apontados como as principais causas dos insucessos das oficinas e dos projetos da instituição. Alguns dos consultores e dos funcionários mais críticos em relação a seus próprios trabalhos apontam também que “muitas vezes os indígenas nem sabem o que está acontecendo, nem sabem que existe tal ou tal projeto ou oficina porque essa informação não chegou a ele” ou então que “alguns indígenas não participam simplesmente porque não querem, porque não estão com vontade, porque o tema não os interessa, por exemplo”²⁷.

Mesmo considerando os problemas de comunicação da própria instituição e também a crítica a uma espécie de ideal de indígena enquanto aquele que está sempre disposto a *participar* de tudo que lhe é oferecido, um apontamento bastante relevante não é levantado pelos funcionários: o de que o adjetivo *participativo*, embora qualifique praticamente todas as ações executadas pela instituição, está presente apenas no ponto final de cada uma das ações propostas. O que de fato se apresenta como dependente obrigatório do contato com os indígenas e da *participação* de toda a comunidade é a oficina já preestabelecida e pronta para ser executada. As datas, locais e mesmo a temática são definidos de antemão pela instituição e não contam efetivamente com nenhum tipo de consulta do público-alvo. Para ser mais exato, talvez a temática ainda conte com uma certa consulta, por exemplo, uma conversa, formal ou informal, com um indígena ou grupo de indígenas de uma determinada etnia no momento em que passava pela cidade ou então em uma das viagens dos funcionários a campo, momentos nos quais demandas são apresentadas pelos indígenas. Datas e locais, contudo, não são em geral acordados por meio de consulta, já que são estipulados levando-se em consideração o calendário da instituição, dos funcionários e dos técnicos envolvidos. Sempre tendo como principal fator de ponderação a otimização do tempo e dos recursos.

Um tipo de discussão como essa, entretanto, está muito mais próximo das análises críticas feitas pela própria indústria do desenvolvimento com vistas à otimização de suas intervenções e não é, portanto, o foco deste trabalho. Diferentemente disso, o que se procura aqui é atentar para as mobilizações de um conceito específico pelos atores diante de avizinhamentos conceituais também específicos. Sen-

27 Fala do indigenista responsável pela Frente de Proteção Etnoambiental.

do assim, o que está em questão são os efeitos dessas mobilizações conceituais, o que elas acarretam no universo onde são evocadas.

Mobilização intensiva de um conceito: participação como demanda pela presença dos povos indígenas

Cabe apontar que o grande peso da noção de *participação indígena* na atuação da Funai implica em uma demanda intensa pelo contato entre indígenas e funcionários. Soma-se a isso o fato de que existe uma grande quantidade de projetos sendo executados ao mesmo tempo, e assim, consequentemente, uma enorme quantidade de atividades, oficinas, capacitações, reuniões, treinamentos etc.²⁸ Deve-se apontar também que essa grande quantidade de projetos sendo executados preenche o que os funcionários da Funai chamam de “agendas indígenas”, cronogramas de atividades previstas para cada um dos povos atendidos. Essas agendas estão sempre cheias, principalmente em decorrência da demanda pela presença dos indígenas nessas inúmeras atividades ligadas aos projetos, e isso engendra, no mínimo, dois efeitos.

O primeiro é que, havendo uma grande demanda pela *participação* de indígenas em reuniões e atividades ligadas à implementação de projetos, muitas vezes ocorrem conflitos de datas e as lideranças não conseguem estar presente nessas reuniões. No lugar das lideranças, são enviados outros indígenas, muitas vezes mulheres ou jovens. As reuniões ocorrem normalmente, decisões são tomadas, papéis são assinados, projetos avançam. Porém apenas até um certo momento, ou até encontrarem uma barreira intransponível. A de que decisões tomadas por mulheres e jovens podem logo em seguida ser reivindicadas e contraditas pelas lideranças. Nesses casos, geralmente tudo o que havia sido feito não possui o menor valor e, consequentemente, precisa ser refeito. Novamente, mais reuniões, atividades, demanda pela presença das lideranças.

O segundo efeito é que a demanda pela presença dos indígenas em todas essas atividades e oficinas tem como desdobramento lógico o preenchimento de seus dias e uso demasiado de seu tempo. Deve-se acrescentar que muitas dessas atividades ocorrem na cidade de Altamira ou em outras aldeias que não a de residência dos indígenas, fato que os obriga a deslocamentos e viagens que podem facilmente demorar mais de uma semana dadas as distâncias e condições de transporte. Assim, a Funai acaba se deparando, não raro, com construções atrasadas, com infraestruturas provenientes de projetos abandonadas e com o que mais preocupa a instituição: roças descuidadas ou que nem mesmo foram começadas. A explicação dada pelos indígenas é logicamente a falta de tempo, e a solução apresentada pela Funai é a proposição de novos projetos *participativos*, seja para “acompanhar a implementação de outros projetos”, seja para, em caráter de urgência, “incentivar o cultivo de roças tradicionais”.

Isso é o que os indigenistas da Funai chamam de “mitigação da mitigação”. Ocorre quando a Funai precisa intervir diretamente em projetos que já estão sendo implementados, geralmente por empresas privadas em decorrência do Plano Básico Ambiental de Belo Monte, devido aos impactos negativos que

28 Ressalta-se novamente que além dos projetos executados pela Funai, existiam todos os outros ligados às condicionantes de mitigação da Usina de Belo Monte, executados por empresas privadas.

esses projetos estão deixando ou deixaram para as comunidades indígenas. Por exemplo, no período em que estive em campo, tomei conhecimento de três projetos que estavam em via de implementação e que tinham como objetivo vistoriar as infraestruturas construídas nas Terras Indígenas pela Norte Energia (infraestruturas que não condiziam com a “realidade indígena”, como, por exemplo, pequenas casas feitas com telhado de amianto), bem como averiguar a recepção dos indígenas para com essas infraestruturas. Nesses projetos, além de viagens de campo às aldeias, eram previstas “conversas com os indígenas” e “reuniões com a comunidade”. O caso do atraso das “roças tradicionais” é outro exemplo ilustrativo. Nele, acrescenta-se que a mitigação não é necessariamente da mitigação, isto é, das medidas de implementação do PBA, mas sim de impactos oriundos da própria maneira de atuação da Funai.

Esses dois exemplos são suficientes para ilustrar como mobilizações conceituais, neste caso, como o uso intensivo do conceito de *participação*, engendram efeitos não só na atuação dos funcionários do escritório da Funai de Altamira, que precisam acionar todo um conjunto conceitual, mas também nas dinâmicas dos próprios povos indígenas atendidos pela instituição. Fazendo parte desse mundo conceitual específico, em que noções como *empoderamento*, *autonomia*, *capacitação* estão sempre presentes, os indígenas são constantemente incitados a *participar* e, por isso, estão frequentemente em reuniões, oficinas e capacitações etc. Isso, sem dúvida, opera efeitos em suas vidas, em suas dinâmicas de deslocamento, em suas roças, no preenchimento de seus dias.

Conclusão

Diferente de definições de conceitos como as apresentadas pela indústria do desenvolvimento – procedimento que leva à estabilização de noções e a narrativas institucionalizadas –, quando se olha para as mobilizações específicas e para os conceitos que são acionados conjuntamente pelos atores, dentro do escritório da Funai de Altamira, percebe-se que os conceitos típicos da indústria do desenvolvimento não são fixos. Pelo contrário, estão sempre abertos à inovação e à ressignificação. Na medida em que se associam a vizinhanças conceituais distintas – que são sempre nômades, ou seja, criadas conjuntamente, dependendo da performance dos atores, daquilo que eles mobilizam ou não em cada uma de suas enunciações –, os conceitos podem, para além de adquirir diferentes significações, operar contrastantes efeitos no mundo. Esses efeitos impactam não somente aqueles que fazem as enunciações, mas sim todos aqueles que passam a fazer parte do mundo conceitual específico.

O que se tentou com esse exercício descritivo foi apresentar contrastivamente duas insistências na mobilização do conceito de *participação*, uma na literatura que trata sobre o desenvolvimento e outra no escritório da Funai de Altamira. Ambos os movimentos foram feitos inspirados na “explicação cibernética” de Bateson e, conseqüentemente, na possibilidade de uma cartografia conceitual. Com esse exercício, espera-se ter evidenciado como mobilizações conceituais de uma mesma palavra podem não só ter objetivos muito distintos, mas também operar diferentes resultados no mundo.

As definições do conceito de *participação* feitas pelos *experts* do Banco Mundial ou da União Europeia podem parecer apenas teorizações institucionais que visam corroborar com uma história do próprio desenvolvimento e assim tornar suas intervenções mais eficientes. Porém não se pode deixar

de levar em consideração que essas teorizações fazem com que determinados projetos sejam aprovados ou não, com que determinadas expressões e metodologias sejam utilizadas ou não. De forma semelhante, a constante mobilização do conceito de *participação* no escritório da Funai em Altamira – que, à primeira vista, pode ser apresentada como uma corriqueira menção vocabular associada à tentativa de aproximação com estratégias internacionais de trabalho junto aos povos indígenas, ou ainda a uma tentativa de trabalho cada vez mais próximo com o público alvo – não só define o modelo de atuação do escritório, o formato dos projetos e das atividades a serem realizadas, mas também engendra um mundo conceitual no qual os povos indígenas são inseridos e o qual são convidados a movimentar. Esse não é apenas um mundo onde se fala, ouve e escreve conceitos como *participação*, *empoderamento*, *capacitação*. É também um mundo povoado por consultores, empresas e projetos, um mundo repleto de reuniões, capacitações, encontros, viagens, e intercâmbios, que, no dia a dia dos povos indígenas, disputam espaço com atividades cotidianas, trabalhos ordinários, roças.

Joaquim Pereira de Almeida Neto é doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP).

FINANCIAMENTO

Este texto é produto de 28 meses de pesquisa de iniciação científica realizados no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos entre 2014 e 2016. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2014/12748-2). No período, foram realizados quatro semanas de trabalho de campo no escritório da Funai em Altamira e quatro meses de estágio de pesquisa no Laboratoire d'Anthropologie des Mondes Contemporains da Universidade Livre de Bruxelas (processo 2015/23420-0).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Catarina Morawska Vianna por ter orientado esta pesquisa e por ter me apresentado os encantos da pesquisa em antropologia. Agradeço em especial pela leitura atenta de muitas versões de relatórios e de esboços etnográficos, peças centrais para a elaboração deste artigo. Agradeço também às e aos colegas do Laboratório de Experimentações Etnográficas da UFSCar e em especial à Thais Mantovanelli, que me abriu as portas do campo em Altamira.

REFERÊNCIAS

- Atlani-Duault, L., & Dozon, J. (2011). Colonisation, développement, aide humanitaire. Pour une anthropologie de l'aide internationale, *Ethnologie française*, 41(1), 393-403. <https://doi.org/10.3917/ethn.113.0393>
- Barbosa, G. B. (2011). Do um e do todo: o anti-dualismo de Gregory Bateson e Marilyn Strathern. *Campos - Revista de Antropologia*, 12(1), 103-116. <https://doi.org/10.5380/cam.v12i1.21934>
- Barretto Filho, H. (2006). Os Predicados do Desenvolvimento e a Noção de Autoctonia. *Tellus*, (6)10, 11-21. <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/116>
- Bateson, G. (1972). Cybernetic Explanation. In G. Bateson. *Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology* (pp. 287-294). University of Chicago Press.
- Bateson, G. 1980 [1972]. *Steps to an Ecology of Mind*. Ballantine Books.
- Carvalho, J. (2002). Projeto Waimiri-Atroari – Eletronorte. In A. Souza Lima & M. Barroso-Hoffmann (orgs). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista* (pp.127-129). Contra Capa/ LACED.
- Centeno, M. J. (2009). O conceito de comunicação na obra de Bateson: interação e regulação. Universidade da Beira Interior/Livros LabCom.
- Cernea, M. (1991). Using Knowledge from Social Science in Development Projects. Discussion Papersin 114. The World Bank.
- Cernea, M. (1992). The building blocks of participation: testing bottom-up planning. The World Bank.
- Chauveau, J. (1992). Le “modèle participatif” de développement rural est-il “alternatif”? *Bulletin de l'APAD*, 3. <https://doi.org/10.4000/apad.380>
- Chauveau, J. (1994). Participation paysanne et populisme bureaucratique. Essai d'histoire et de sociologie de la culture du développement. In J. Jacob & Ph. Delville (eds). *Les associations paysannes en Afrique: organisation et dynamiques* (pp. 25-60). APAD-Karthala-IUED.
- Cohen, J., & Uphoff, N. (1980). Participation's Place in Rural Development: Seeking Clarity through Specificity. *World Development*, 8, 213-235. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(80\)90011-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(80)90011-X)
- Deshler, D., & Sock, D. (1985). Community Participation: A concept review of the International Literature. Paper prepared for the International League for Social Commitment in Adult Education,

Ljungskile, Sweden.

Escobar, A. (1994). *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton University Press.

Ferguson, J. (1990). *The Anti-Politics Machine: "Development," Depoliticization, and bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge University Press.

Funai. (s/d). Institucional. <https://www.gov.br/FUNAI/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/> Institucional Acesso: jun. 2020.

Gallois, D. (2001). Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In L. Grupioni, L. Vidal, & R. Fischmann (orgs). *Povos indígenas e tolerância* (pp. 167-188). Edusp & Unesco.

Green, M. (2009). Doing development and writing culture: exploring knowledge practices in international orthodoxy and anthropology. *Anthropological Theory*, 9, 395-417.

<https://doi.org/10.1177/1463499609356043>

Green, M. (2000). Participatory Development and the Appropriation of Agency in Southern Tanzania. *Critique of Anthropology*, 20(1), 67-89. <https://doi.org/10.1177/0308275X0002000105>

Joiris, D., & Bigombe Logo, P. (eds). (2010). *La gestion participative des forêts d'Afrique centrale. Un modèle à l'épreuve de la réalité. QUAE (Synthèses)*.

Lavigne Delville, Ph. (2012). *Vers une socio-anthropologie des interventions de développement comme action publique. Mémoire pour l'Habilitation à Diriger des Recherches. Version 1, CREA, Université Lyon II*.

Mansuri, G., & Rao, V. (2012). *Can Participation Be Induced? Some Evidence from Developing Countries*. The World Bank.

Nguinguiri, J. (1999). Les Approches Participatives dans la Gestion des Ecosystèmes Forestiers d'Afrique Centrale. *Revue des Initiatives Existantes CIFOR*, Occasional Paper n. 23. <https://doi.org/10.17528/cifor/000630>

Oliveira, R. C. (1996). Práticas Interétnicas e Moralidade: Por um Indigenismo (Auto)Crítico. In R. Oliveira, & L. Oliveira (orgs). *Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética* (pp. 33-49). Tempo Brasileiro.

Olivier de Sardan, J. (1995). *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. APAD / Karthala Éditeur.

Salviani, R. (2002). As Propostas para Participação dos Povos Indígenas no Brasil em Projetos de Desenvolvimento Geridos pelo Banco Mundial: um Ensaio de Análise Crítica (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Souza Lima, A.C., & Barroso-Hoffmann, M. (2002). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista. Contra Capa.

Stavenhagen, R. (1985). Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada do Pensamento Desenvolvementista. *Anuário Antropológico*, 84, 11-44.

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327>

Süssekind, F. (2018). Sobre a vida multiespécie. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 159-178. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p159-178>

The World Bank. (1996). *World Bank participation sourcebook*. Washington, D. C.: The World Bank.

Union Européenne. (2015). Renforcer la participation des parties prenantes. *Revue Rurale de l'UE*, 19, snt.

Weid, J. (2001). A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. In M. Brose (org). *Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos* (pp. 105-112). Tomo Editorial.

ENTRE MOBILIZAÇÕES CONCEITUAIS ANALÍTICAS E NATIVAS: CARTOGRAFIA DA NOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA FUNAI DE ALTAMIRA

Resumo: Neste artigo, apresenta-se o manuseio de um conjunto de conceitos tipicamente oriundos da chamada indústria do desenvolvimento dentro do escritório regional da Funai em Altamira. Com inspiração na *forma que comunica* proposta por Gregory Bateson, os conceitos são apresentados dentro de uma espécie de cartografia que dá proeminência ao conceito de participação. O mesmo movimento textual e analítico empreendido com os conceitos oriundos do campo é feito com o material bibliográfico que trata do tema. Tal paralelismo mostra como trabalhos de antropólogos de uma vertente mais aplicada aparecem como aliados à indústria do desenvolvimento na constituição de um formato de política, composto por conceitos específicos, que alimenta o trabalho da Funai com as populações indígenas. Contudo o texto mostra também como esse formato é continuamente tensionado nas relações entre os produtores de *projetos* e os atendidos por estes, no caso, os povos indígenas atendidos pela Funai em Altamira.

Palavras-chave: participação; Funai; povos indígenas; indústria do desenvolvimento.

BETWEEN ANALYTICAL AND NATIVE CONCEPTUAL MOBILIZATIONS: MAPPING OF THE NOTION OF PARTICIPATION IN FUNAI DE ALTAMIRA

Abstract: This article presents the handling of a set of concepts that typically come from the so-called development industry within the regional office of Funai in Altamira. Inspired by the *form that communicates* proposed by Gregory Bateson in his Cybernetic Explanation, the concepts are presented within a type of mapping that gives prominence to the concept of participation. The same textual and analytical movement undertaken with the concepts from the field is done with the bibliographic material. This parallelism shows how works by anthropologists with a more applied perspective appear as allies to the development industry in the constitution of a political format, composed of specific concepts, which feeds Funai's work with indigenous populations. However, the text also shows how this format is constantly strained in the relationships between project producers and those they serve, in this case, the indigenous peoples served by Funai in Altamira.

Keywords: participation; Funai; indigenous peoples; development industry.

ENTRE LAS MOVILIZACIONES CONCEPTUALES ANALÍTICAS Y NATIVAS: CARTOGRAFÍA DE LA NOCIÓN DE PARTICIPACIÓN EN LA FUNAI DE ALTAMIRA

Resumen: Este artículo presenta el manejo de un conjunto de conceptos típicamente provenientes de la llamada industria del desarrollo dentro de la sede regional de la Funai en Altamira. Inspirándose en la *forma que comunica* propuesta por Gregory Bateson, los conceptos se presentan dentro de una suerte de cartografía que da protagonismo al concepto de participación. El mismo movimiento textual y analítico empreendido con los conceptos provenientes del campo se hace con el material bibliográfico que trata el tema. Tal paralelismo muestra cómo los trabajos de los antropólogos desde una perspectiva

más aplicada aparecen como aliados de la industria del desarrollo en la constitución de un formato de política, compuesto por conceptos específicos, que alimenta el trabajo de la Funai con las poblaciones indígenas. Sin embargo, el texto también muestra cómo este formato se tensa continuamente en las relaciones entre los productores de proyectos y los que son atendidos por ellos, en este caso, los pueblos indígenas atendidos por la Funai en Altamira.

Palabras clave: participación; Funai; pueblos indígenas; industria del desarrollo.

RECEBIDO: 24/06/2022

APROVADO: 16/02/2023

PUBLICADO: 30/04/2026



Este é um material publicado em acesso aberto sob a licença *Creative Commons* BY-NC